

R\$ 145 bi em juros

Dívida Pública

O esforço do governo em gastar menos e arrecadar mais no ano passado deu resultados maiores do que os previstos e o superávit primário registrado pela União, estados, municípios e empresas estatais — que contabiliza receitas menos despesas, exceto o pagamento dos juros — ficou em 4,32% do Produto Interno Bruto (PIB), contra uma meta de R\$ 4,25% acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O excedente foi de R\$ 1,2 bilhão, diante de um total de R\$ 66,2 bilhões economizados pelo governo.

Para chegar ao resultado — um recorde — o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve que assumir em seu primeiro ano de mandato o maior aperto fiscal da história do país, o que deixou áreas como educação e infraestrutura sem grandes margens para investimentos e provocou muitas críticas, inclusive dentro

do governo. Mesmo assim, todo o esforço não foi suficiente para cobrir nem a metade dos R\$ 145,2 bilhões de juros nominais da dívida pública, valor que também foi recorde histórico.

“Esse resultado decorre basicamente da taxa de juros que vigorou ao longo do ano passado. No final de 2002, os juros acumulados em 12 meses eram de 19,17%. No final de 2003, de 23,35%”, disse o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes. Com isso, o resultado nominal das contas públicas — que inclui as despesas com juros — fechou 2003 deficitário em R\$ 79 bilhões, o correspondente a 5,16% do PIB.

Estabilidade

Lopes é otimista com relação a esse indicador em 2004. Segundo ele, com a estabilidade dos principais indicadores da economia — câmbio estável e juros mais baixos —, a expectativa do BC é

Breno Fortes 25.6.03



ALTAMIR LOPES, DO BC: RESULTADO DECORRE DAS ALTAS TAXAS DO ANO PASSADO

terminar este ano com um déficit nominal de 2,9% do PIB.

O peso dos juros da dívida pú-

blica ao longo de 2003 foi tão grande que anulou o ganho registrado pelo BC com a venda de

contratos especiais de câmbio, operações conhecidas como *swap* cambial, que são contabilizadas como juros nominais, e também a economia obtida com o impacto positivo que a valorização do real teve, durante o ano, sobre a parcela dos títulos públicos corrigidos pelo dólar e sobre a dívida externa.

Arrocho

Crítico feroz das elevadas taxas de juros e do aperto fiscal imposto ao país pelo governo anterior, o Partido dos Trabalhadores (PT) mostrou com esses resultados que não teve como se livrar dessa combinação no seu primeiro ano no comando da economia. O arrocho a que foram submetidos os ministérios em 2003 teria sido suficiente para atingir a meta de superávit de R\$ 65 bilhões acertada com o FMI. Eles tiveram superávit primário de R\$ 65,3 bilhões no ano. O problema é que o INSS e o Banco

Central, juntos, foram deficitários em R\$ 26,6 bilhões, fazendo o resultado do governo central cair para R\$ 38,7 bilhões no ano. O desempenho positivo dos Estados, com um superávit de R\$ 11,9 bilhões, dos municípios com R\$ 1,9 bilhão, e das estatais, com R\$ 13,6 bilhões, complementaram o ajuste fiscal previsto para o ano.

“Se não tivéssemos feito um superávit primário em 2003 dessa magnitude, seguramente estaríamos numa situação pior”, argumentou Lopes. A economia obtida com a realização de superávits primários serve para conter o avanço do endividamento público por causa dos juros elevados.

No final do ano passado, a dívida líquida do setor público somou R\$ 913,1 bilhões, montante equivalente a 58,2% do PIB. Em dezembro de 2002, esse estoque era de R\$ 881,1 bilhões, ou 55,5% do PIB.